



A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Resultado de Pesquisa

Pâmela B. Figueiredo¹

Carolina B. Mendes²

Jorge Sobral S. Maia³

Resumo

O estudo evidencia a inserção do setor privado nas escolas públicas no estado de São Paulo a partir da Educação Ambiental, trazendo a análise dialética de duas pesquisas, que embora independentes, dialogam sobre a relação público-privado, buscando ressaltar a importância da formação de professores em EA como enfrentamento deste contexto.

Palavras-chave: Educação ambiental; público-privado; Formação de professores.

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo globalizado associado ao pragmatismo político interferiu no modelo educacional em escala mundial. No Brasil, as transformações político-econômicas impostas por este modelo possibilitaram a empreendedores enxergar, na escola pública, o espaço para sua inserção, por meio de projetos baseados na ação participativa “em prol da educação”, convertendo-a em espaço de disseminação de ideias ligadas a valorização dos interesses do capital

A pauta socioambiental e, sobretudo, a Educação Ambiental (EA) se apresentam no ambiente escolar, como caminho para a inserção de ações colaborativas, por instituições privadas. Torna-se necessário compreendermos a inserção destas instituições nas escolas, nos atentando à reflexão sobre a ideologia que subjaz as ações ofertadas por elas, que podem convergir para a manutenção da sociedade como está posta e, da própria degradação ambiental.

Este contexto dialoga com nossa preocupação sobre a necessidade da formação de professores em EA Crítica nas escolas públicas. Para contribuir com essa discussão trazemos dados provenientes de duas pesquisas desenvolvidas por Mendes, (2015) e Figueiredo, (2014).

¹Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação para Ciência, Bauru, SP. pamy_figueiredo@yahoo.com.br

²Mestre em Educação para Ciência, Bauru, SP. cborghimendes@gmail.com

³Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas – UENP, Paraná, PR. sobralmaia@uenp.edu.br

METODOLOGIA

Assumimos o Materialismo Histórico-Dialético como fundamento teórico e metodológico deste trabalho. Posicionamo-nos, portanto, a favor da Educação Ambiental Crítica (LAYRARGUES; LIMA, 2011). Para as discussões foram analisados dados obtidos em duas pesquisas (MENDES, 2015; FIGUEIREDO, 2014) que, embora distintos, contribuem para delinear a problemática da relação público-privado a partir da EA e refletem sobre a necessidade da formação de professores em EA Crítica como enfrentamento à essa relação.

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO: A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Figueiredo (2014) avaliou as práticas educativas em EA, de professores que atuam em escolas públicas de Cravinhos-SP. A pesquisa buscou analisar a inserção da EA nas escolas. Segundo os professores, a EA é desenvolvida principalmente por meio de projetos, sendo grande parte deles feitos em parceria com empresas da região, que se apoiam numa concepção de EA Pragmática (LAYRARGUES; LIMA, 2011). Notou-se que a maior parte dos professores veem as empresas como contribuintes no desenvolvimento de suas práticas educativas em EA, sobretudo, pelo fato de oferecerem visitas a parques, estações ecológicas, usinas, evidenciando a desconexão com a prática social dos professores e com a realidade escolar, fato que pode indicar limitações materiais na escola e imateriais para a ação docente.

Mendes (2015) analisou a inserção do empresariado na escola pública a partir da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), através do Programa Educacional “Agronegócio na Escola”, em cidades da região de Ribeirão Preto-SP, que tem como objetivo valorizar a imagem do agronegócio. Tal objetivo vem sendo alcançado, além de outros, como: a adesão quase unânime das escolas municipais ao programa e a falta de resistência da maior parte dos professores que não tem, a partir das esferas públicas de educação, formação continuada em EA, enquanto que, pela ABAG, são capacitados sobre as vantagens do agronegócio, quando aderem ao programa, influenciando diretamente o trabalho docente. Destaca-se que as poucas reflexões críticas acerca desta parceria, por parte dos professores, se restringiram aos que tiveram contato com reflexões críticas acerca da problemática ambiental, da sociedade e da própria EA durante sua formação.

Nesse sentido, é crucial a reflexão sobre a formação de professores como enfrentamento a relação público-privado. Saviani (2011) afirma que é próprio da escola a garantia da transmissão –

não mecânica, mas ativa – compreendida como apropriação, do saber elaborado pela cultura socialmente produzida e historicamente acumulada, não podendo ser realizada por qualquer profissional ou instituição, que difunde interesses hegemônicos e retira a autonomia do trabalho docente. A atuação de tais empresas nas escolas públicas menospreza a capacidade intelectual do professor em perceber a importância da suas práxis, além de destituí-lo do papel de intelectual orgânico (GRAMSCI, 1981). Assim, deve compreender a ordem vigente através das estruturas de poder e das diferenças de classes, comprometendo-se com a formação da massa, através do acesso à cultura e da superação da alienação. Logo, se contrapor a hegemonia do grupo dominante requer de o intelectual orgânico apoiar as demandas da classe trabalhadora, contrapondo-se a da classe dominante (VIEIRA, 2008).

O professor precisa de uma formação político-filosófica e técnico-metodológica para transformar a si, aos seus pares e a realidade, sendo um intelectual crítico para atuar, inclusive, no enfrentamento da relação público-privado. Corroborando ao exposto, os dados das pesquisas apontam a necessidade de formação continuada em EA Crítica, que possibilite condições materiais e imateriais, aos professores, para refletirem sobre os reais interesses empresariais nas escolas públicas e sobre a relevância do próprio trabalho docente aos estudantes e à transformação - ou manutenção - da sociedade atual.

CONCLUSÃO

Considerando a escola pública como espaço de enfrentamento e resistência, inclusive a partir da EA, defendemos a necessidade de formação continuada em EA Crítica, para que os professores se responsabilizem pela Educação Ambiental na escola e compreendam as ações de EA que lá chegam e, com isso, atuem coerentemente com a educação pública, resistindo à inserção do setor privado na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIGUEIREDO, P. B. **Formação e atuação de professores em Educação Ambiental.** (Dissertação) Programa de Pós-graduação em Educação para a Ciência. FC/UNESP-Bauru, SP, 2014.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. **Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil** Em: VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental”, Ribeirão Preto, *Anais...*, 2011. CD-ROM.

MENDES, C. B. **Influências de Instituições Externas à Escola Pública:** privatização do ensino a partir da Educação Ambiental? (Dissertação) Programa de Pós-graduação em Educação para a Ciência. FC/UNESP-Bauru, SP, 2015.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11.ed. Campinas: Editores associados, 2011.

VIEIRA, P. E. **Gramsci e suas contribuições para a compreensão do trabalho docente.** Revista *Trabalho e Educação*, v. 17, n. 1, janeiro-abril, 2008.